



PARECER N° 2505/006/2026 - CGM - PE/SRP/INICIAL

INTERESSADOS: :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA.

ASSUNTO : PARECER INICIAL DA ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COM RECURSO ORIUNDOS DE EMENDA PARLAMENTAR N° 202443450006, PARA SUPRIR AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA (SEMAGRI).

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 1004002/2026/CGL/ATM

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2026, A SER REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA.

OBJETO: AQUISIÇÃO IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COM RECURSO ORIUNDOS DE EMENDA PARLAMENTAR N° 202443450006, PARA SUPRIR AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA (SEMAGRI).

PARECER TÉCNICO INICIAL- CONTROLE INTERNO

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA/PA - CGM, adotando rotinas de trabalho inerente a todo e qualquer Controle Interno, exerce a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

DO RELATÓRIO:

1 - DA FASE INTERNA:

1.1 - Da Instrução do Processo Administrativo:

Trata-se da análise prévia do Processo Administrativo n° 1004002/2026/CGL/ATM relativo ao processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n° 025/2026, a ser realizado pela Prefeitura Municipal de Altamira.





Para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos:

- ✓ Solicitação realizada através do Memorando nº 091/2026/GAB/SEMAF, OFÍCIO Nº 283/2026-SEPLAN/CONVÊNIO/PMA;
- ✓ Documento de Formalização de Demanda - DFD;
- ✓ Termo de autuação;
- ✓ Estudos técnico preliminar -ETP e Avaliação de Riscos;
- ✓ Pesquisa de mercado;
- ✓ Cotação, Pesquisa de Mercado e Mapa de **Preço médio** no valor estipulado de **R\$ 192.104,00** (cento e noventa e dois mil cento e quatro reais).
- ✓ Justificativa e relatório de pesquisa de preço;
- ✓ Despacho encaminhado ao setor contabilidade;
- ✓ Dotação orçamentária;
- ✓ Declaração de Adequação Orçamentária, Financeira e autorização de abertura de processo;
- ✓ Termo de Referência contendo: objeto, justificativa, quantitativo, descrição dos itens, forma de entrega e critérios para recebimento do objeto, além das disposições gerais;
- ✓ Despacho de solicitação de autorização para abertura de processo licitatório;
- ✓ Termo de abertura de processo administrativo de licitação;
- ✓ Termo de Autuação do Processo realizado pela Coordenadora Geral de Licitações e Contratos;
- ✓ Minuta do Edital e seus anexos;
- ✓ Despacho encaminhado à assessoria jurídica;
- ✓ Parecer jurídico assinado pelo DR. Pedro Henrique Costa de Oliveira - OAB/PA Nº 20.341.

É o sucinto relatório.

1.2 - Da Análise Jurídica:

No que tange ao aspecto jurídico e formal do procedimento, a Assessoria Jurídica deste órgão, constatou que a elaboração das Minutas do Edital e Contrato se deram com observância à legislação que rege a





matéria, atestando a sua legalidade, conforme Parecer Jurídico assinado pelo **DR. PEDRO HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA - OAB/PA Nº 20.341**, atendida, portanto, as exigências legais conforme estabelecem o artigo 53, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

Fundado em aspecto técnico e observando os ensinamentos do artigo 169 e seus incisos, da Lei nº 14.133/2021, convém salientar que este parecer técnico tem o escopo de assistir à Administração, sobremaneira em relação ao controle de legalidade dos atos administrativos praticados na fase interna da licitação.

Preliminarmente, este parecer restringe-se às especificidades do caso concreto apresentado durante os trâmites na fase interna do processo licitatório em respeito ao Decreto nº 2.375/2023, art. 28, XI.

Evidencia-se que a análise aqui realizada, restringe-se a verificar, do ponto de vista técnico formal, a regularidade para realização de Pregão, na forma Eletrônica, do tipo **Menor Preço por item**.

Quanto aos requisitos a serem observados na fase preparatória do Pregão eletrônico foram estabelecidos no Decreto nº 2.375/2023, art. 28, que assim dispõe:

Art. 28. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento, devendo compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, observando as seguintes etapas:

- I** - Identificação da necessidade administrativa formalizada por meio de documento de formalização da demanda a ser emitido por setor ou unidade do órgão ou entidade promotora da contratação;
- II** - Declaração de que o objeto a ser licitado consta do Plano de Contratações Anual;
- III** - Autorização da Autoridade Competente para o prosseguimento do processo de contratação;
- IV** - Elaboração de Estudo Técnico Preliminar para demonstração da adequação e da viabilidade da contratação pretendida, conforme o caso;
- V** - Elaboração do mapa de riscos e matriz de riscos, conforme o caso;
- VI** - Requisição do objeto exarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade promotora da contratação, com fundamento no Estudo Técnico Preliminar;
- VII** - Elaboração do anteprojeto, quando cabível, termo de referência e/ou projetos básico e Executivo;
- VIII** - Elaboração de estimativa de valor da contratação pretendida;
- IX** - Elaboração do edital e respectivos anexos;
- X** - Análise de juridicidade pela Assessoria Jurídica do Município;

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, o Pregão Eletrônico, ao amparo da Lei nº 14.133/2021, conforme dispositivo abaixo transcrito, haja vista, tratar-se de aquisição de bens e serviços comuns, "cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de





especificações usuais no mercado”, senão vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - *pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.*

Analisando-se os autos, verifica-se que a solicitação para a realização do certame partiu de autoridade competente, que devidamente delimitou o objeto e justificou a necessidade da contratação, além disso, resta demonstrado a viabilidade para a realização do certame, em respeito ao que estabelece o §1º, do Decreto nº 2.375/2023.

DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, opina-se pelo prosseguimento do feito.

Segue os autos para a Coordenadoria de Licitações e Contratos para demais procedimentos cabíveis.

É a Manifestação.

Altamira (PA), 25 de maio de 2026.

JOSEANE RIFFEL SCHMIDT

Controladora Geral do Município de Altamira
Decreto nº 037 de 2025

